

## **CONTRATO Nº 403/2026**

**CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, inscrito no CNPJ sob n.º 00.136.858/0001-88, cidade de Pato Branco/PR, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

**CONTRATADA: MAFFER ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida XV de Novembro, 277, sala 101, Bairro Centro, São João/PR, CEP: 85.570-000, sob CPNJ nº 52.602.434/0001-65, neste ato representado por seu representante legal, Fernando Jose da Silva, RG nº \*\*\*017\*\*\*\* e CPF nº \*\*\*,632,\*\*\*-\*\*,.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 141/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 124/2026, homologado em 18/06/2026, devidamente justificada pelo Edital de CREDENCIAMENTO n.º 005/2025, realizado pelo CONIMS, e em conformidade com as Resoluções CONIMS, n.º 060/2023 e n.º 233/2023, nº 015/2025 e Ato de Consórcio nº 058/2025 e as que vierem a sucedê-las e do disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 que trata sobre Licitações e Contratos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.

**1.2.** Os Serviços incluem, neste Contrato:

1.2.1. Elaboração de projeto executivo estrutural em concreto armado compatibilizado com projeto arquitetônico e demais projetos. Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.2. Elaboração de projeto executivo de instalações hidrossanitárias compatibilizado com projeto arquitetônico e demais projetos. Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.3. Elaboração de projeto executivo de prevenção e combate a incêndio compatibilizado com projeto arquitetônico e demais projetos. Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.4. Planejamento e acompanhamento da obra. Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.5. Elaboração de Orçamentos de obra e demais documentações para aprovação em órgão público, quando necessário. Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.6. Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e vistoria de campo Profissional: Engenheiro Civil.

1.2.7. Elaboração de estudos preliminares, memoriais descritivos, projeto básico e executivo e anteprojetos arquitetônicos. Profissional: Profissional: Arquiteto e Urbanista.

1.2.8. Elaboração de estudos de arquitetura e viabilidade urbanística. Profissional: Arquiteto e Urbanista.

1.2.9. Regularização de edificações junto aos órgãos de planejamento urbano e patrimônio histórico. Profissional: Arquiteto e Urbanista.

1.2.10. Apoio técnico para avaliação de acessibilidade em unidades públicas. Profissional: Arquiteto e Urbanista.

1.2.11. Consultoria técnica em arquitetura e urbanismo. Profissional: Arquiteto e Urbanista.

1.2.12. Elaboração de projeto executivo de vigilância sanitárias para Unidades Básicas de Saúde para aprovação em órgão público. Profissional: Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista.

## CLÁUSULA SEGUNDA – TIPO DE SERVIÇO, QUANTIDADE E VALOR

2.1. A quantidade e valor do contrato estão definidos na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT.	TOTAL
1	72021555930	Elaboração de projeto executivo estrutural em concreto armado compatibilizado com projeto arquitetônico e demais projetos. Profissional: Engenheiro Civil.	M²	200	R\$18,00	R\$3.600,00
3	72021555932	Elaboração de projeto executivo de prevenção e combate a incêndio compatibilizado com projeto arquitetônico e demais projetos. Profissional: Engenheiro Civil.	M²	250	R\$10,00	R\$2.500,00
5	72021555934	Elaboração de Orçamentos de obra e demais documentações para aprovação em órgão público, quando necessário. Profissional: Engenheiro Civil.	HORA	15	R\$170,00	R\$2.550,00
6	72021555935	Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e vistoria de campo Profissional: Engenheiro Civil.	HORA	10	R\$170,00	R\$1.700,00
11	72021555942	Elaboração de estudos preliminares, memoriais descritivos, projeto básico e executivo e anteprojetos arquitetônicos. Profissional: Profissional: Arquiteto e Urbanista	M²	450	R\$44,00	R\$19.800,00
<b>VALOR TOTAL:</b>						<b>30.150,00</b>

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

3.1. A Contratada deverá indicar, no ato da assinatura deste Contrato, o profissional habilitado

que será responsável pela execução dos serviços contratados, devendo apresentar sua qualificação completa, contendo no mínimo:

- a) nome completo;
- b) número do CPF;
- c) registro profissional válido no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU);
- d) comprovante de regularidade perante o conselho profissional;
- e) comprovante de vínculo com a Contratada.

**3.2.** O profissional indicado será o responsável técnico pelo serviço, devendo emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) correspondente ao objeto contratado, conforme norma aplicável.

**3.3.** A substituição do profissional responsável somente poderá ocorrer mediante solicitação formal da Contratada, devidamente justificada, e dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, devendo o novo profissional atender aos mesmos requisitos de habilitação técnica.

**3.4.** O não atendimento ao disposto nesta cláusula constituirá infração contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços, objeto desta contratação, serão executados nos seguintes locais:

4.1.1. Sede do CONIMS, sito à Rua Afonso Pena, 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP 85.501-530.

4.1.2. Setor de Compras/Almoxarifado/CAF/Farmácia do CONIMS, sito à Rua Caramuru, nº 1.275, Bairro Trevo da Guarani, Pato Branco/PR, CEP 85.501-060.

**4.2.** Após a assinatura deste contrato e, solicitação formal do serviço, o prestador credenciado deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data estipulada na ordem de serviço ou instrumento equivalente, salvo disposição em contrário devidamente justificada e aceita pelo ente público requisitante.

**4.3.** O não atendimento aos prazos estabelecidos, sem justificativa aceita, ensejará a aplicação das penalidades cabíveis previstas no edital e na legislação vigente, após regular notificação para manifestação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.4.** A execução dos serviços deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade técnica e respeito às normas técnicas e legais aplicáveis, bem como às diretrizes estabelecidas pelo município solicitante ou pelo CONIMS.

**4.5.** Será exigida, como condição obrigatória para a execução de cada serviço contratado, a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida por profissional habilitado e vinculado à empresa credenciada, quando se tratar de serviços de engenharia, a Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), no caso de serviços de arquitetura e urbanismo, conforme exigência legal dos respectivos conselhos profissionais (CREA/CAU).

**4.6.** O descumprimento de prazos, especificações técnicas ou quaisquer obrigações contratuais

poderão acarretar o descredenciamento do prestador, mediante processo administrativo regular, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

#### 4.7. O cronograma de entrega e execução se dará da seguinte forma:

ETAPA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO PARA ENTREGA (CONTADO DA ASSINATURA DO CONTRATO).
1	<b>Mobilização, reunião inicial e planejamento dos trabalhos:</b> alinhamento das diretrizes, levantamento das necessidades da Administração, definição de metodologia e cronograma executivo de elaboração dos projetos.	Até 05 (cinco) dias úteis
2	<b>Levantamento técnico cadastral e levantamento das condições existentes:</b> medições, registros fotográficos, análise da estrutura existente, instalações disponíveis, restrições físicas e demais informações necessárias do 5º pavimento e da cobertura da garagem.	Até 15 (quinze) dias corridos
3	<b>Estudos preliminares e diagnóstico da área:</b> análise das necessidades funcionais, fluxos internos, ocupação dos ambientes, alternativas de intervenção, avaliação de viabilidade técnica e definição das diretrizes do projeto.	Até 25 (vinte e cinco) dias corridos
4	<b>Elaboração do layout funcional e proposta de ocupação dos espaços:</b> organização dos ambientes administrativos, definição dos setores, fluxos, circulação, distribuição mobiliária e compatibilização com as necessidades apresentadas pelo CONIMS.	Até 40 (quarenta) dias corridos
5	<b>Elaboração do anteprojeto:</b> desenvolvimento da solução arquitetônica consolidada, definição das características construtivas, elementos principais da intervenção e apresentação para validação da Administração.	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos
6	<b>Elaboração dos projetos executivos e complementares:</b> desenvolvimento dos projetos necessários à futura execução da obra, incluindo detalhamentos, especificações técnicas, memoriais, compatibilização entre disciplinas e demais documentos técnicos pertinentes.	Até 60 (sessenta) dias corridos
7	<b>Entrega final da documentação técnica consolidada:</b> apresentação dos projetos revisados, compatibilizados e organizados, incluindo arquivos editáveis e demais documentos previstos no contrato.	Até 60 (sessenta) dias corridos

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

**5.1.** O prazo de vigência do contrato é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, mediante justificativa.

**5.2.** É permitido efetuar acréscimos e supressões nos quantitativos do contrato, observados os limites e condições do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) e gestor (es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.2.** O gestor e fiscal do contrato para execução dos serviços são:

**6.3.** Fica designando como fiscal do contrato a Sr<sup>a</sup>. Marlusa Picinin Moraes, portadora do CPF nº \*\*\*.053.\*\*\*-\*\*,.

**6.4.** Fica designado como gestor de contrato o Sr<sup>a</sup>. Mauricio Gross da Costa, portador do CPF nº \*\*\*.080.\*\*\*-\*\*,.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, de acordo com o Edital de Credenciamento n.º 005/2025 e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.2.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

**7.3.** Responsabilizar-se pela execução dos serviços dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, conforme o cronograma estabelecido, previsto no item 4.7 deste contrato, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

**7.4.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Contratante quanto à execução do contrato.

**7.5.** Comunicar imediatamente à Contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

**7.6.** A contratada é responsável por danos causados a este órgão contratante, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução.

**7.7.** Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal de contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

**7.8.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

**7.9.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas diretas ou indireta resultantes deste contrato.

**7.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante.

**7.11.** Comunicar à Contratante, as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**7.12. Do Preposto:**

**7.12.1.** O CONTRATADO deverá indicar no ato de assinatura deste, mediante declaração, a pessoa responsável pelos atendimentos necessários e esclarecimentos deste Órgão, tanto por via telefone, whatsapp, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

**7.12.2.** Em caso de necessidade de troca de preposto o deverá comunicar a este Órgão Público, de maneira prévia.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato.

**8.2.** Comunicar a contratada qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

**8.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

**8.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato.

**8.5.** Prestar a contratada todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

**8.6.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

**8.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**9.1.** As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**9.3.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias:

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL, VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada pelo prestador credenciado em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão do (s) serviço (s) executado (s) e também do recebimento da Nota Fiscal.

**11.2.** O pagamento **não** será realizado através de boleto bancário.

**11.3.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços executados conforme valores definidos neste edital.

**11.4.** A Nota Fiscal deverá ser emitida no mesmo CNPJ o qual foi habilitado para o credenciamento, não sendo aceito de matriz quando filial e vice-versa.

**11.5.** Na Nota Fiscal deverá constar os itens em conformidade com termo de referência e mencionar a quantidade executada, se por hora, por serviço, além de informar o número do processo, a modalidade da licitação, número do contrato e solicitação de fornecimento e/ou empenho, sendo obrigatória a retenção do IRRF ou declaração de isenção na forma da IN RFB 1234/2012 – Anexo I e regulamentações do CONIMS e de cada ente federado consorciado solicitante.

**11.6.** A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail do órgão solicitante do serviço conforme informado no contrato que será firmado entre as partes, no ato de sua emissão.

**11.7.** Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou se constatados de erros na execução dos serviços, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador credenciado providencie as medidas saneadoras.

**11.8.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



**11.9.** Em caso de Processo Administrativo, o Ente participante/CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**11.10.** O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Caso constatada a ausência de emissão de alguma destas, o prestador será notificado para regularização, caso não seja solucionado, serão tomadas as medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o prestador, mediante culpa ou dolo, que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato firmado;
- b) Der causa à inexecução total do contrato firmado;
- c) Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;
- d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução/vigência do contrato;
- e) Praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao prestador que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o prestador contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” e “c” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b” e “c”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**d) Multas, podem ser cumulativas ou não:**

**(1) Moratória de 0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) diários até o limite de 30 (trinta) dias;

**a.** O atraso superior a 31 dias autoriza o órgão público requisitante a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

**2) Compensatória de 1 %** (um por cento) sobre o valor total do contrato, aplicável no caso de inexecução total do objeto, recusa em celebrar ou assinar o instrumento contratual ou de qualquer



outra irregularidade do objeto para casos diversos, em valor não inferior a R\$1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução á critério do julgador.

**9.2.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

**9.3.** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**9.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.5.** Caso o valor da multa aplicada e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente devido pelo órgão público, tomador dos serviços ao prestador, além da perda desse crédito, a diferença deverá ser ressarcida mediante recolhimento administrativo. Não sendo adotadas as providências necessárias pelo prestador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação formal o órgão público, tomador dos serviços, promoverá a cobrança judicial da quantia remanescente.

**9.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao prestador, observando-se, no caso do CONIMS, o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la e, no caso dos entes públicos consorciados, tomadores dos serviços, os procedimentos previstos em regulamentação própria.

**9.7.** A personalidade jurídica do prestador poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Credenciamento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o prestador contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, no caso do CONIMS, na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la, e, no caso dos entes públicos consorciados, tomadores dos serviços, os procedimentos previstos em regulamentação própria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AÇÕES JUDICIAIS**

**13.1.** Qualquer ação judicial contra a Contratante oriunda de serviços prestados pela Contratada, ou mesmo que venha a Contratante compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à Contratante todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco, estado do Paraná.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco, 19 de junho de 2026.

**FERNANDO JOSE DA SILVA**  
**CONTRATADO**

**VILMAR SCHMOLLER**  
**CONTRATANTE**

**TESTEMUNHAS:**

**SANDRA FIM**  
CPF: \*\*\*,809.\*\*\*-\*\*

**ANA CAROLINE RUFATO**  
CPF: \*\*\*,706.\*\*\*-\*\*